

**ATA Nº 15, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE SOCIAL DE SANEAMENTO BÁSICO.**

Aos (08) oito dias do mês de dezembro do ano de 2022, através do aplicativo Meet, meio pelo qual a reunião aconteceu e registrou-se a presença dos seguintes Conselheiros (natos): Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho/SEMURB, Robson da Silva Siqueira/IFCE, (Mara) Lucia Maria Bezerra da Silva/SEMA, Aquécio Oliveira da Costa/SEINFRA, Silvio Carlos de Oliveira Napoleão/CAGECE. Também os Conselheiros (eleitos): Shirley Oliveira Ferreira/AVATAH, Antônia Beatriz Ferreira Andrade/CEM, José Luiz Ferreira de Menezes/CEEU, Emanuel Anderson Daniel de Macedo/Ass. Serra do Lagedo. Tivemos ainda a participação dos técnicos do Núcleo de Meio Ambiente da SEMURB: Ítalo Renan Ferreira Girão/Gerente desse Núcleo, Carlla Danielle da Silva Laureano/Gerente Licenciamento e Anielda Favila Prata/Técnica em Secretaria. Registramos a ausência das seguintes instituições com justificativa: Associação de Cachoeira, EMATERCE, EEP Salaberga. Instituições sem justificativa: Facundo Engenharia, Secretaria Municipal de Saúde e COOPERFAM. Encerrada essa conferência da frequência, os trabalhos foram iniciados com a abertura da reunião pelo presidente Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho, anunciando a pauta do dia: 01- Relatório Semestral de Medidas Compensatórias; 02-Processo Seletivo COMDEMA 2023/224; 03- Campanha de regularização do Licenciamento Ambiental. O Gerente Ítalo Girão reforçou a pauta e falou da disponibilidade das gravações das reuniões, ao tempo que convidou a Gerente Carlla Danielle para apresentar a pauta 01, sendo iniciada com o embasamento jurídico (critérios, parâmetros e custos aplicados aos processos de licenciamento) e a forma como é acompanhado, que é através de planilhas de controle, onde foram emitidas mais de quatrocentos e quarenta e cinco Licenças Ambientais: (LAC – Licença por Adesão e Compromisso; LPI – Licença Prévia e de Instalação; LIO – Licença de Instalação e Operação; LP – Licença Prévia; LI – Licença de Instalação; LO – Licença de Operação; Autorização para corte/poda e supressão vegetal). Dezesesseis Termos de Compromisso de Compensação Ambiental assinados, vinculados aos processos de Autorização para supressão vegetal e regularização do licenciamento ambiental. Treze Termos de Compromisso de Compensação Ambiental cumpridos, sendo o TCCA Nº 001: Clínica Maranguape Serviços Odontológicos (medida compensatória: foi material de escritório); TCCA nº 003: Xerez Avícola LTDA (medida compensatória: doze mil reais, destinados para o FUNDEMA); TCCA nº 004: A.P. Ladislau (medida compensatória: Calibração do Decibelímetro da Semurb); TCCA nº 007: Premium Comercio Varejista de Medicamentos LTDA (medida compensatória: Entrega de placas para fins de Educação Ambiental); TCCA nº 008: LMG Serviços e Comercio para Construção LTDA (medida compensatória: Entrega de mil oitocentos e oitenta e oito mudas nativas a Semurb/ainda não foi cumprida); TCCA nº 009: Pesque e Pague Cleilza M. A. Barreto (medida compensatória: Entrega de placas para fins de Educação Ambiental); TCCA nº 010: Antonio Eudes Etelvino Colares (medida compensatória: Entrega de setenta e cinco mudas nativas a Semurb); TCCA nº 011: LB Confeções (medida compensatória: Entrega de mudas ornamentais a Semurb); TCCA nº 012: Hilma Colaço Pinheiro (medida compensatória: Entrega de um drone e dois computadores de mesa a Semurb); TCCA nº 013: Smurfit Kappa do Brasil Indústria de embalagens Fortaleza Ltda. (medida compensatória: plantio e manutenção de mudas nativas); TCCA nº 014: Kalbir Comercial Atacarejo de alimentos e perfumaria Ltda. (medida compensatória: Estudo de mapeamento com drone para a área do entorno do empreendimento); TCCA nº 015-19: Oi Móvel S/A (cinco medidas compensatórias: Pagamento de cinco mil reais destinados ao Fundema); TCCA nº 021: Aroeira 33 (medida compensatória: Entrega de mudas a Semurb e intervenções em três praças da sede de Maranguape). Para concluir, falou também sobre a campanha de regularização do licenciamento ambiental, que algumas empresas de médio e pequeno porte já foram regularizadas, foi feita a divulgação na internet e tem a previsão de realizar algumas ações de visitas e educação ambiental nessas empresas. O gerente Ítalo parabenizou pela apresentação e complementou que o processo de licenciamento ambiental é recente (Lei de 2019) efetivamente iniciado no ano 2020 e no ano 2021 (nesta gestão) passou por reformulações, inclusive para o formato digital, conferindo rastreabilidade, garantindo segurança e o COMDEMA estar diretamente ligado com os processos de licenciamento ambiental, garantindo transparência. O Presidente do Conselho também relatou que tudo que é recebido de compensação, são feito relatórios e os equipamentos são tombados. Ítalo também apresentou o início do relatório de gestão, que trata da gestão ambiental e os resultados alcançados em relação a Selo Verde, IQM e Fundema, que está diretamente ligado ao licenciamento. Selo Verde - Processo de certificação que confere aos municípios cearenses que desenvolvem ações protetivas ao meio ambiente (edição 2020/2021) pontuações a partir de 50 pontos. Maranguape pontuou 42,75, mas pretende-se avançar para o selo B (a partir de 70 pontos, na próxima edição 2022/2023). IQM – Índice de Qualidade do Meio Ambiente (possibilita receber o repasse orçamentário de até 2% da arrecadação do ICMS), garantindo acesso ao ICMS Eco para ser investida em



ações de resíduos sólidos, como a adesão ao Consórcio que fez com que viesse uma série de benefícios, como o recurso do ICMS Eco, a CMRS - Central Municipal de Resíduos Sólidos (área já está desafetada, comissão de licitação aberta, visita do engenheiro do consórcio para próxima semana) avanço da licitação para janeiro e após alguns meses de obra, a inauguração dessa central, que será um marco e a possibilidade de acabar com os lixões e envolver todos os trabalhadores, agentes ambientais que lidam com a reciclagem, para melhorar a qualidade de vida, garantir recursos e EPI's, um grande avanço para implantar o "Maranguape Recicla". A central será implantada no Coité (onde está situada a Seagri), a área foi dividida, onde mais de três hectares será ocupado pela central e uma série de estruturas públicas. Foi apresentado um gráfico com os recursos do Fundema (Fundo de natureza contábil, com a finalidade de subsidiar ações ambientais) dos anos de 2020/2022 (2022, um aporte de mais de duzentos e setenta mil reais, faltando ser contabilizado o mês de dezembro) esse recurso é em virtude do ICMS Eco e também do trabalho do setor de arrecadação da Semurb. O fundo tem um Conselho próprio e uma conta específica, com prestações de contas mensais, o recurso está sendo usando no consórcio e com ações de cunho ambiental, como praças (espaço comunitário de lazer), o jardim sensorial da Semurb (equipamento de Educação Ambiental voltado para escolas de Educação Infantil e para a comunidade). O espaço de fala foi facultado e o Professor Siqueira falou da possibilidade de utilização do Fundema para recuperar as trilhas na serra de Maranguape, para as pessoas usufruírem da beleza natural, trazendo benefícios econômicos, para os que trabalham nas trilhas, buscando normas para certificar/regulamentar e atrair o turismo e um planejamento que pode ser iniciado em 2023 e traçar algumas metas para os próximos anos. O Gerente Ítalo falou que a Semurb regulamentou a APA da serra de Maranguape (com lei e decreto de regulamentação e limites bem definidos) já foi fechado o processo de escolha do Conselho Gestor dessa APA (Área de Proteção Ambiental), que efetivamente deve ter início em janeiro, com seis pessoas da sociedade civil, esse Conselho se relaciona diretamente com o que o professor Siqueira colocou, as trilhas, o uso da serra de forma sustentável e a gestão dessa unidade de conservação (APA), exercendo uma função bastante importante na hora de definir as possibilidades e direcionar as demandas, possibilitando também ao COMDEMA de participar do processo de debate. Sendo a Serra um grande vetor de desenvolvimento do turismo ecológico do município, que precisa ser materializado em projetos importantes, já está sendo feito o mapeamento das nascentes, mas precisa ser feita uma pauta, uma agenda de ações, verificação de custos e a possibilidade de acessar inclusive recursos do FEMA (Fundo Estadual do Meio Ambiente) a Semurb também está tentando criar corredores verdes em Maranguape, o Projeto Parque Rio Pirapora (que liga a Serra de Maranguape ao Rio Maranguapinho) que está sendo mentorado por uma empresa que vai indicar possibilidades de financiamento internacionais. São várias possibilidades que precisam ser colocadas no papel, pra de fato saber qual agenda iremos buscar; quais as intervenções: O secretário quer identificar com placas, vamos estruturar melhor as trilhas? (colocar lixeiras? Criar uma cartilha?) essas ações precisam ser organizadas pelo COMDEMA e Conselho Gestor da APA, que tem um papel determinante de dizer o que realmente é prioridade e buscar meios para essas intervenções. O professor Siqueira complementou com alguns pontos de intervenções, para as pessoas que fazem essas trilhas: informação (como encontrar pessoas confiáveis/quem o turista pode contactar) e o ponto crucial é a segurança, dialogar com a Prefeitura para ter uma unidade ambiental de segurança, para que o espaço seja utilizado de maneira adequada, a possibilidade de ter uma cooperativa (sugestão da Conselheira Beatriz/CEM), a Semurb fazer uma certificação ou credibilidade de empresas que fazem trilhas, dando segurança, sem uma intervenção de obras (caras), deixando claro a colaboração do COMDEMA com a municipalidade, para realizar um programa nesse sentido, onde a cidade só tem a ganhar. O secretário Marquinhos complementou que já existe uma aproximação com os trilheiros, as intervenções necessárias nas trilhas (foi visto os riscos) e que o prefeito já aprovou a sede da APA (já foi visto o sítio) para receber técnicos que realizam estudos que não ficam em Maranguape. A conselheira Shirley perguntou se Maranguape não poderia ter selos próprios (selo verde), na questão do acompanhamento do cumprimento dos prazos e em relação aos restaurantes, para que eles possam participar da reciclagem de óleo. O Ítalo respondeu que já existe algo no Governo do Estado, que pode ser trazido para Maranguape, com incentivos fiscais, ou com incentivos na hora do licenciamento ambiental, mas precisa ser desenhado esse projeto, seria um selo empresa sustentável? Os benefícios? Redigir um projeto de Lei e levar ao prefeito, que não irá se opor. A Conselheira Mara falou sobre o Selo Empresa Sustentável, que tem como objetivo, identificar e reconhecer empresas comprometidas com as boas práticas ambientais, com a utilização de tecnologias e metodologias limpas, a reciclagem de insumos e a geração de impactos sociais positivos, que poder ser replicado, fazendo com que o município crie sua política municipal, criando um selo para estímulo com as empresas do município; a conselheira sugeriu também a criação de um grupo de trabalho, pensando na requalificação de trilhas, instalação de anteparos, trilhas mais acessíveis sem a degradação do meio ambiente. O gerente Ítalo fez o fechamento da





pauta sobre o Relatório das Medidas Compensatórias e falou da terceira pauta, por ser mais rápida e ter quórum para deliberar, sendo a Campanha de regularização do Licenciamento Ambiental, que era um estímulo para as empresas se regularizarem, com a Isenção (durante a campanha) do TCCA. O prazo da campanha era até trinta e um (31) de dezembro, mas nós não conseguimos atingir a todos que gostaríamos e por isso estamos colocando para o conselho, uma Proposta de Resolução para prorrogar a campanha (90 dias? 120 dias?) para o Conselho sugerir esse prazo. A Conselheira Mara defendeu a proposta de 60 dias. A Conselheira Shirley reforçou essa proposta (final de fevereiro) principalmente pela questão do mandato do conselho que finda em março. O secretário Marquinhos falou da questão de melhorar a divulgação, para atingir mais empreendedores. Ítalo falou que a proposta da secretaria seria de 90 dias, levando em consideração a equipe e infraestrutura de carro, ser deficitária em relação ao que deveria ter, sendo 60 dias um prazo curto para a execução e atingir a todos que queremos, sendo necessário o direcionamento para a realização das visitas (operação presença) e ampliação para 90 dias, em razão da logística e um tempo mais razoável pra Semurb. A Conselheira Mara concordou com a proposta, desde que, no ato da visita, já tenha prazo definido na notificação, para que ele compareça já com toda a documentação para efetivar o licenciamento. Ítalo esclareceu que o prazo da campanha findaria em 31 de dezembro e a prorrogação ficaria automaticamente no fim desse período, de 1º de janeiro a 30 de março. Foi colocada em votação, a proposta de baixar uma resolução, ampliando o prazo da campanha por 90 dias (janeiro, fevereiro e março) com o COMDEMA recomendando que a ação/atividade ela aconteça por meio de operação presença, com notificação da campanha de forma amigável/educativa, para que a empresa possa se regularizar e num segundo momento, efetivar a fiscalização. Todos os conselheiros presentes votaram a favor, apenas o representante da CAGECE não votou, por perda de conexão. A ultima pauta, **Processo Seletivo COMDEMA 2023/224**. Foi esclarecido que essa composição irá até trinta e um (31) de março do próximo ano (dois anos), sendo necessário redigir as condições da eleição (foi recapitulado pelo Ítalo, como aconteceu o processo anterior) que provavelmente não funcionará para o próximo pleito, por esse motivo foi solicitado aos conselheiros sugerissem formas para essa próxima eleição, estipulando as condições de participação (divulgação, edital,...). Houve a fala da conselheira Mara, reforçando a possibilidade que foi posta pelo Ítalo, de recondução dos conselheiros, sendo o processo de eleição aberto, apenas para as instituições/conselheiros que não cumpriram a participação/frequência regimental. Ficou definido que na próxima reunião será apresentado um processo de escolha para as instituições/conselheiros que não estão participando, para que seja analisada pelo conselho a viabilidade. A próxima reunião foi marcada para o dia doze (12) de janeiro de 2023, para essa data, será a pauta do edital de eleição 2023/2024 e a votação do calendários de reuniões do mesmo período. Sem mais para o momento, eu, Anielda Favila Prata, que secretariei esta reunião, dou por encerrada a presente Ata, que será assinada por todos os presentes. -----

Y-Th. L. K.

*Lucia Maria B. da Silva*  
*Aquécio Oliveira da Costa*

*Emanuel Anderson Daniel de Macedo*

*Antonio Batista Amorim Medeiros*

*Ricardo Ferreira*

*Carla Danielle da Silva Laureano*

*Anielda Favila Prata*

1. Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho/SEMURB
2. Robson da Silva Siqueira/IFCE - Maranguape
3. Lucia Maria Bezerra da Silva/SEMA
4. Aquécio Oliveira da Costa/SEINFRA
5. Silvio Carlos de Oliveira Napoleão/CAGECE
6. Emanuel Anderson Daniel de Macedo/Ass. Serra do Lagedo
7. Antônia Beatriz Ferreira Andrade/CEM
8. José Luiz Ferreira de Menezes/CEEU
9. Ítalo Renan Ferreira Girão/Gerente M. Ambiente
10. Carla Danielle da Silva Laureano/Gerente Licenciamento
11. Anielda Favila Prata/Secretária Técnica-SEMURB